



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de inauguração do Centro Operacional e Administrativo dos
Correios e Telégrafos**

São José-SC, 08 de maio de 2007

Primeiro, cumprimentar o nosso governador Luiz Henrique da Silveira,
governador do estado de Santa Catarina,

Cumprimentar a nossa querida ministra Dilma Rousseff, ministra-chefe
da Casa Civil,

O ministro Hélio Costa, das Comunicações,

O nosso companheiro Walfrido dos Mares Guia, da Secretaria de
Relações Institucionais,

O nosso companheiro Silas Rondeau, de Minas e Energia,

O nosso companheiro Altemir Gregolin, da Secretaria Especial de
Aquicultura e Pesca,

Cumprimentar a senadora Ideli Salvatti, o senador Neuto De Conto,

Cumprimentar os deputados federais,

Deputados estaduais,

Secretários estaduais, municipais,

O prefeito Fernando Elias,

Cumprimentar o Carlos Henrique de Almeida Custódio, presidente dos
Correios,

Cumprimentar o Luiz Felipe Dias, diretor-regional dos Correios de Santa
Catarina,

Cumprimentar o Sandro Alberto, empregado padrão dos Correios de
Santa Catarina,

O Gerson Kelman, diretor-geral da Aneel,

O nosso querido Eurídes Mescolotto, presidente do Besc,



Eu estou rindo porque eu estava sentado ali e eu falei: é o único cidadão que não é banqueiro e que se parece com um banqueiro, uma postura.

Quero cumprimentar os funcionários dos Correios, toda a Direção dos Correios, e dizer para vocês que mais uma vez eu venho a Santa Catarina e não posso cumprir toda a minha agenda. Não foram poucas as vezes que eu vim a Santa Catarina e, estando numa cidade, não podia me deslocar para outra, embora o pessoal que estivesse me esperando não acreditasse que o tempo estava ruim, que o avião não poderia subir.

Nós íamos, agora, à inauguração da Usina Hidrelétrica de Campos Novos, e lamentavelmente não vamos poder ir por causa do tempo, não tem teto nem para baixar nem para subir. Íamos também à Foz do Chapecó, nós iríamos lá visitar as obras da hidrelétrica, e também não foi possível porque o horário não batia, eu ia chegar lá de noite e só tem sentido visitar obra se for de dia. Portanto, significa, meu caro Luiz Henrique, meus caros deputados e senadores, que eu vou ter que vir mais uma vez a Santa Catarina para inaugurar a obra que tinha que inaugurar hoje.

Segundo, dizer para vocês que acabou o tempo em que a gente lia nos jornais manchetes de que as empresas públicas brasileiras eram deficitárias e que, portanto, era necessário que o governo abrisse mão dessas empresas para que o Estado brasileiro pudesse ficar mais enxuto e, conseqüentemente, o Estado brasileiro não tivesse problemas administrativos.

Eu me lembro, e certamente os políticos também se lembram, os deputados, em quantas manchetes de jornal – coisa de oito ou nove anos atrás – a gente via que o Banco do Brasil tinha tido déficit. Era quase toda semana uma manchete dizendo que o Banco do Brasil tinha déficit e que era preciso privatizar, era preciso enxugar a máquina, era preciso mandar gente embora. E o que aconteceu com o Banco do Brasil, que também é uma instituição centenária no Brasil? Hoje, é um dos bancos mais modernos deste País, é um dos bancos mais lucrativos deste País e, ao mesmo tempo, é um dos bancos



que tem a maior quantidade de funcionários trabalhando, sem que isso atrapalhe um milímetro a política econômica do governo.

A Caixa Econômica Federal era outra instituição sobre a qual também vivíamos lendo manchetes nos jornais que a Caixa Econômica tinha se exaurido, que era preciso acabar com a Caixa Econômica, que estava falida. O que acontece hoje com a Caixa Econômica? É um banco motivo de orgulho para o nosso País, é um banco motivo de orgulho para o Brasil. Sem mandar funcionário embora, fazendo a contabilidade correta, investindo corretamente, abrindo milhões e milhões de contas bancárias para as pessoas que antes não podiam nem passar na porta de um banco que o guarda do banco já mandava chamar a polícia, porque era proibido pobre entrar em banco ou passar na porta de banco.

Eu estou lembrado que, há algum tempo, milhares de companheiros dos Correios foram mandados embora. Diziam que os Correios eram uma empresa deficitária, que era preciso acabar com os Correios, privatizar os Correios. O que aconteceu de fato? Os Correios não foram privatizados, os Correios estão, isto sim, sendo bem-administrados e modernizados, e a gente pôde inaugurar um centro como este na cidade de Goiânia. Estamos inaugurando este agora e vamos inaugurar um outro em São Paulo, possivelmente esta semana ainda ou na semana que vem e, quem sabe, inaugurar outros pelo Brasil, porque os Correios hoje são uma empresa lucrativa, que precisa, obviamente, se modernizar muito mais.

O que nós vimos aqui hoje – essas máquinas de selecionar cartas, mais rápidas do que as máquinas de selecionar dinheiro, e nós já temos 17 delas no Brasil – demonstra que nós temos tudo para nos transformar não apenas na segunda empresa ou na segunda instituição em confiança no Brasil, mas a gente pode se transformar numa das empresas de Correios mais modernas do mundo. Afinal de contas, receber uma carta é uma coisa quase sagrada para uma pessoa. Então, Hélio, meus parabéns. Meus parabéns ao Presidente dos



Correios, meus parabéns funcionários, porque quem sabe daqui saiam exemplos para que a gente possa continuar modernizando os nossos Correios.

E tem também a questão dos funcionários dos Correios. Vocês viram que, pelo discurso do Presidente dos Correios, vocês não podem sequer se queixar comigo de salário, eu sei que é pouco, mas isso não ocorreu apenas com os Correios, ocorreu em quase todos os setores da administração pública federal. Ou houve aumento real acima da inflação ou nós fizemos um reajuste nas carreiras das pessoas, que estavam muito defasadas, porque também é preciso acabar com essa mania de que funcionário bom é funcionário mal-remunerado. Acho que durante muito tempo se criou essa idéia, no Brasil, de que as pessoas têm que ganhar mal para ser servidor público. E o que acontecia conosco e acontece ainda hoje no Brasil? Os assalariados das carreiras mais qualificadas no Brasil, em alguns casos, ganham tão mal que a gente faz concurso e, antes de chamar, 30% ou 40% das pessoas já foram para outro lugar porque descobriram que o salário era muito baixo. E quem acha isso maravilhoso são as empresas privadas, que pegam trabalhadores excepcionalmente bem-preparados, para quem o governo pagaria 5 ou 6 mil reais, para ganhar 20 ou 30 mil reais. Por isso, eu acho que nós vamos continuar numa política de recuperação do salário dos servidores brasileiros, porque eles precisam ganhar de acordo com a importância da função que exercem.

Não adianta a gente falar que a função do carteiro é nobre, que ele atende todo mundo, que os cachorros saem para mordê-lo, que ele sai correndo, às vezes, quando vai entregar uma carta de uma mulher que está se separando do marido ou do namorado, sai a toque de caixa, que é um empregado maravilhoso, e que precisa ser feita uma estátua para ele. Tudo isso é importante. Agora, o mais importante é, em troca do serviço que vocês prestam, vocês ganharem o suficiente para cuidar da família de vocês. Essa, na verdade, é a estátua que precisam os servidores dos Correios. Agora,



também vocês têm que ter consciência de que não podem pedir muito, porque senão os Correios quebram e aí não vão poder pagar nem o que pagam hoje.

Mas de uma coisa vocês estejam certos: nós temos mais 4 anos de mandato e esses 4 anos são para que a gente possa fazer melhor aquilo que fizemos bem no primeiro mandato e fazer correção das coisas que nós não conseguimos fazer no primeiro mandato.

E por falar nisso, eu queria dizer para vocês que ontem a nossa ministra Dilma, com o ministro Paulo Bernardo, do Planejamento, e o ministro Guido Mantega, fizeram a apresentação da prestação de contas do PAC, que foi lançado no dia 22 de janeiro. Era justo que a gente fizesse uma apresentação. Dia 22 de fevereiro, um mês; 22 de março, dois meses; 22 de abril, três meses; ou seja, nós fizemos uma prestação de contas do que aconteceu com o PAC até dia 30 de abril. Então, eu queria, primeiro, começar agradecendo a extraordinária qualidade do trabalho feito pelos ministros que participam do Conselho Gestor do PAC, Dilma Rousseff, Paulo Bernardo e Guido Mantega, dizendo para vocês, sem medo de errar ou de estar cometendo injustiça, que eu duvido que em algum momento da administração deste País houve tamanha seriedade no controle da gestão de políticas públicas, duvido. Se alguém achar que teve, eu estou disposto a me sentar a uma mesa e procurar as atas, as reuniões, as matérias de jornais para saber se alguma coisa está sendo controlada com tanta precisão.

A partir de agora, a cada quatro meses, a sociedade brasileira vai receber informações do que está acontecendo no PAC, porque o PAC não é do governo, o PAC é uma expectativa da sociedade brasileira e nós queremos que a sociedade, o Congresso, as entidades organizadas da sociedade... o material que nós produzimos ontem cada entidade sindical vai receber, cada comunidade vai receber, cada deputado vai receber, cada senador vai receber, cada ONG vai receber, porque nós queremos que haja uma boa cumplicidade da sociedade com a execução do PAC. Inclusive, eu falei para a Dilma: não



basta dar entrevista, é preciso mandar o material do PAC para os editores dos jornais, para os donos dos jornais, para os editores de televisão, para os donos de televisão e para quem mais quiser. Eu só não vou entregar para o Papa agora, porque o Papa não tem obrigação de saber o que é o PAC.

E aí é importante, já que eu estou em Santa Catarina, dizer para vocês o seguinte: de 786 ações, o PAC tem previstas 48 ações para Santa Catarina. Dentre essas ações, algumas importantes: 16 são relativas à geração de energia elétrica, 7 são relativas à transmissão de energia elétrica, 6 são relativas a rodovias, 5 são relativas a petróleo e gás natural, 5 são relativas à geração de energia elétrica e as demais são relativas a portos, ferrovias, aeroportos, hidrovias, Luz para Todos e recursos hídricos.

De acordo com o relatório que a Dilma apresentou, 25% das 48, ou seja, 52% das obras estão em andamento adequado, 18% merecem uma atenção do governo, e 5% estão preocupantes. Aqui é um outro dado extraordinário. Nós fizemos, na apresentação do PAC, uma espécie de semáforo, o que está verde é que você pode passar, o que está amarelo é que você tem que prestar atenção e o que está vermelho é preocupante. Você precisa tomar cuidado, porque senão você vai ser atropelado. Qual não é minha surpresa, quando eu vejo algumas matérias de jornais hoje, e elas misturam cebola com alho, dizendo que é a mesma coisa, e tentam passar a idéia de que metade do PAC está preocupante.

Olhem, eu vou dizer para vocês uma coisa: as 48 ações aqui em Santa Catarina representam, Governador, 10 bilhões de reais a serem investidos nestes quatro anos em infra-estrutura neste estado. Além da sua ida a Brasília, que a Dilma vai convidar, já convidou quatro ou cinco governadores, vai convidar outros governadores e prefeitos, das obras que nós estamos propondo para urbanização de favelas e saneamento básico, nós temos a proposta das coisas importantes, queremos partilhá-las com os governadores de estado e com os prefeitos, e assinar um protocolo entre o governador,



presidente da República e prefeito para que aquelas obras sejam prioridade neste País. Ora, por que eu estou dizendo essas coisas? É porque, como eu dizia no mandato passado: julguem-me no final do meu mandato, não me julguem em um mês, em três meses ou em quatro meses.

E o PAC, quem está dizendo para vocês é o presidente da República, obviamente que eu sou agradecido de coração à primeira etapa no Congresso Nacional, porque a Câmara foi precisa e votou todas as medidas do PAC que nós mandamos até agora. Isso é uma resposta a quem vive insinuando que a Câmara atrapalha, e eu não tenho dúvida nenhuma, Ideli e Senador, de que o Senado Federal vai ter o mesmo comportamento. Vai ter discurso? Vai. Alguém vai ser contra alguma coisa? Vai. Mas na hora da responsabilidade, eu não tenho dúvida nenhuma de que o Senado fará como fez a Câmara e votará as medidas do PAC, até porque não temos tempo a perder, porque já estão no Congresso Nacional as medidas do PDE, que são as medidas do Programa de Desenvolvimento da Educação. Quando terminar de votar as medidas do desenvolvimento da educação, vai ter medidas de integração de políticas sociais; quando terminar, vai ter política de segurança pública. E, assim, uma sucessiva quantidade de medidas que estamos mandando para o Congresso Nacional para ver se tornamos a administração pública no Brasil mais ágil, mais eficaz, e para que a gente evite – para isso criamos o Conselho Gestor – que uma decisão de governo fique parada, às vezes, na mão de uma pessoa de quarto escalão, de quinto escalão, não por maldade, por cumprimento de regras que foram estabelecidas ao longo da República, e que nós temos que mudar. Por isso mandamos para o Congresso Nacional algumas mudanças importantes.

O PAC será cumprido integralmente e, para surpresa de alguns, será cumprido quase na sua totalidade. Obviamente que depende de chuva, depende de algumas coisas, mas eu não tenho dúvida nenhuma de que, ao terminar o nosso mandato, as pessoas que começaram a dizer “o PAC não



existe, o PAC não funciona”, vão ter que se curvar como se curvaram no ano passado quando pensavam que eu tinha acabado para a política brasileira e tiveram que saber que o povo é mais inteligente do que a gente imagina neste País.

Eu tenho chamado a atenção das pessoas para uma coisa que, de vez em quando, eu vejo acontecer no Brasil. Muitas vezes nós trabalhamos com pessimismo, muitas vezes a impressão que se passa é que nós estamos torcendo para as coisas não darem certo para a gente ter razão do discurso que a gente fez. Quando eu falo isso, eu faço minha máxima culpa. Eu lembro quando o presidente Sarney propôs a construção da Ferrovia Norte/Sul. Já em 1987, a visão do presidente Sarney era de um estadista que conhecia melhor as necessidades do Centro-Oeste do que eu conhecia. E quando ele propôs a Ferrovia Norte/Sul, eu me lembro da quantidade de discursos que fiz contra o presidente Sarney. Sabe quem fazia discurso, Luiz Henrique, contra o presidente Sarney? Néelson Jobim, o ex-governador do Rio Grande do Sul, o Britto. A gente desfilava discurso contra a Ferrovia Norte/Sul: ela vai ligar o nada ao nada, ela vai ligar não sei o que lá. Uma conclusão: se ela estivesse pronta hoje, a gente estaria atendendo uma das regiões mais produtivas deste País, estaríamos transportando nossos produtos agrícolas e barateando o custo dos produtos. Estaríamos aumentando, inclusive, a nossa capacidade de exportação. Pois bem, vejam, eu que fui contra, já fiz mais quilômetros da Ferrovia Norte/Sul do que todos os governos a partir de 1987. E nós vamos fazer mais, porque estamos fazendo um contrato de mais 350 quilômetros da Ferrovia Norte/Sul para que a gente possa concluí-la o mais rapidamente possível.

Então, essas obras do PAC serão apresentadas a mim a cada 15 dias. A Dilma, o Guido e o Paulo Bernardo, mais os ministros que têm os projetos específicos, não escaparão de mim. Uma vez por mês estarão na minha mesa prestando contas de cada coisa, onde está a dificuldade, para que a gente



possa ir resolvendo quase que em tempo real as dificuldades. E, a partir de agora, vou começar a andar pelo Brasil para dar início às obras, para fiscalizar obras, para dar ordem de serviço, porque agora é o PAC que está na agenda do presidente da República. E vou cumpri-la à risca.

Nós tomamos cuidado na política de saneamento básico e urbanização de favelas, governador, para evitar algumas coisas que muitas vezes acontecem. Nós temos eleições no ano que vem. Então, é preciso que a gente tome cuidado porque senão você dá o dinheiro apenas na parceria e, muitas vezes, as pessoas, em vez de fazer uma obra que possa resolver um problema grande, ficam tentando fazer quatro ou cinco obrinhas pequenas para atender a totalidade da cidade. O que estamos fazendo? Nós estamos fazendo com que o governador e o presidente da República assumam juntos o compromisso de ser coordenadores daquelas obras, para que os municípios possam cumprir exatamente aquilo que foi determinado. Nós estamos dando prioridade às palafitas. O processo de palafitas é a maior degradação de moradia do ser humano. Depois, nós estamos dando preferência ao processo de urbanização de favelas já que, na hora em que a gente urbanizar a favela, colocar rua, luz elétrica, levar para dentro da favela a escola, a área de lazer, o posto de atendimento médico, as pessoas vão ver que o Estado está lá dentro e tem importância, e as pessoas passarão a respeitar muito mais o Estado.

É muito o que estamos gastando? Não. No PAC todo são 504 bilhões de reais. Só em saneamento básico são 40 bilhões de reais. Se vocês quiserem pegar os orçamentos dos últimos 30 anos, vocês vão perceber que nunca se investiu tanto em saneamento básico. Qual era o problema que nós tínhamos? O problema que nós tínhamos é que, muitas vezes, o governo não disponibilizava recursos, fazia acordo com as empresas estaduais, anunciava a liberação de dinheiro para as empresas estaduais e, depois, quando a gente ia ver, o que acontecia? Os municípios não tinham projeto executivo. Não tendo projeto executivo, a obra não acontecia. Outras vezes, o município entrava



numa fila que nós denominamos de “fila burra” do Tesouro Nacional, uma fila inventada há uns oito anos para evitar que os prefeitos pegassem dinheiro. Então, pegavam dez prefeitos que não tinham direito de pegar o dinheiro, colocavam na fila e colocavam um prefeito que tinha direito atrás, ou seja, aquele que tinha direito não podia pegar enquanto os outros não saíssem da fila. Como os outros não tinham direito, nunca saíam da fila, e o que tinha direito nunca pegava o dinheiro. Então, nós acabamos com essa coisa chamada de “fila burra”, para tirar da fila quem não tem direito e colocar apenas aqueles que têm projetos, porque aí vai sair o dinheiro que nós disponibilizamos.

Isso tudo, meus companheiros, é um pouco do que pode acontecer no nosso País. Eu digo sempre o seguinte: o Brasil precisa – não o presidente da República – o Brasil precisa prestar muita atenção no momento que está vivendo. Nós vamos perceber que não há momento na história da República em que a gente esteja vivendo um conjunto de combinações tão importante para o Brasil, seja do ponto de vista da política externa, seja do ponto de vista da política interna, seja do ponto de vista da macroeconomia, das exportações, das importações, do mercado interno, da recuperação de salário.

Eu digo sempre, meus queridos companheiros dos Correios, que eu fui um bom dirigente sindical neste País, eu fiz quase que as principais greves deste País, em muitas das greves que fiz, eu voltei a trabalhar sem conquistar sequer a reposição inflacionária. Greve de 40 dias, a gente perde o dia, perde o domingo, perde as férias e perde o Fundo de Garantia. Não é greve em que a gente fica 20 dias e depois recebe. Na iniciativa privada, a gente entrou um dia, já perde o domingo; 30 dias, já perde as férias. Então, quando a gente decidia a greve, era uma decisão delicada. E várias vezes eu voltei a trabalhar sem receber sequer a inflação. Hoje, neste País, 90% dos acordos feitos são, no mínimo, a inflação, e 86% acima da inflação. É por isso que aparece um aumento do consumo no Brasil. Por quê? Porque começa a ter um pouco mais



de dinheiro no bolso das pessoas que trabalham neste País. E isso pode continuar. Eu tenho olhado todas as possibilidades e, certamente, só tende a melhorar este ano, melhorar o ano que vem, para que a pessoa que entre na Previdência, a partir de mim, pegue o País altamente preparado para ser melhor, para crescer mais, para fazer muito mais. É esse país que vocês, aqui nos Correios, estão dando exemplo de que é possível construir.

A minha preocupação, quando vi aquela máquina moderna, era se tinham mandado gente embora. Me disseram que não, pelo contrário, tem tanta carta sendo colocada em dia, na hora, ou seja, pacotinhos feitos de cada cidade, que vão ter que contratar mais carteiros para entregar as cartas com a precisão que a máquina contabiliza.

E, por último, meu caro Luiz Henrique, meu caro Mescolotto, nós já decidimos que não vamos privatizar o BESC, nós vamos fazer uma coisa que eu acho mais importante. O Banco do Brasil vai comprar o BESC, ele vai fazer parte da rede do Banco do Brasil e vai ficar com o nome de BESC mesmo, porque não precisa mudar. Poderá ser uma extensão do Banco do Brasil e ficar com as agências, porque nós também queremos provar que a existência de bancos públicos estaduais bem administrados, é um benefício. O que aconteceu no Brasil? Em vários estados os bancos não foram bem administrados, aliás, em vários estados era pelos bancos estaduais que se financiava a campanha eleitoral, era por onde se criava centenas de empregos, pessoas que só colocavam o paletó e nunca compareciam lá. E nós queremos provar que os bancos estaduais bem administrados, bem gerenciados e com seriedade, são um extraordinário ponto para o desenvolvimento de qualquer estado brasileiro.

Por isso, meus companheiros de Santa Catarina, eu quero dizer para vocês o seguinte: as coisas estão engatilhadas, as coisas estão andando, eu diria, melhor do que muita gente podia imaginar. A única coisa que eu quero nesses quatro anos é preparar este País, cuidar da gente mais pobre deste



**Presidência da República
Secretaria de Comunicação Social
Discurso do Presidente da República**

País, para ver se quando a gente tiver os indicadores sociais de 2010, a gente consiga dar um salto de qualidade, fazer com que a sociedade tenha mais organização, que esteja mais organizada, mais preparada, para que possa resistir a qualquer truculência que alguém queira fazer com a sociedade brasileira.

No mais, parabéns aos companheiros dos Correios e parabéns aos Correios.

Leia o release sobre o assunto:

<http://www.imprensa.planalto.gov.br/download/notas/rel070507.doc>